



8
M
f. seio

Ao décimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de Viseu, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, às dezoito horas, conforme convocatória, tendo como Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Fernando Ermida Rebelo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

I – Período Antes da Ordem do Dia:

1. Tempo destinado ao público; -----
- 2 - Apreciação e aprovação da última ata; -----
- 3 - Assuntos de interesse da Freguesia (PAOD). -----

II – Período da Ordem do Dia:

1. - Informação escrita, prestada pelo Presidente do Executivo; -----
2. - Decreto Lei 57/2019 - Aprovação das Transferências de recursos financeiros para 2023; -----
3. - Análise da situação financeira da Freguesia; -----
4. - Atribuição de Topónimo. -----

Dando início à reunião do órgão de freguesia, o Presidente da Assembleia de Freguesia, pela ausência das duas secretárias eleitas da Mesa da Assembleia, Margarida Ferreira dos Santos e Leonilde Alexandra Ferreira Correia de Sá, propôs a substituição da Primeira Secretária por Maria Miguel Martins e Sónia Lisboa para Segunda Secretária da Mesa, não havendo objeções, restabeleceu-se a integral composição da Mesa da Assembleia. -----

Verificada a existência de quórum, bem como as condições logísticas para o seu funcionamento, o Presidente da Mesa da Assembleia deu início à sessão com a presença de 9 membros do PSD, com salvaguarda da presença de Gonçalo Caessa (PSD), em substituição de Margarida Ferreira dos Santos (PSD), João Pinheiro (PSD), em substituição de Leonilde Alexandra Ferreira Correia de Sá (PSD); 6 membros eleitos do PS, com salvaguarda da presença Teresa Esteves (PS), em substituição de António



9.
M. Feito

Fernando Mouga Lopes Ferreira (PS); Teresa Merino (PS), em substituição de Rui Alexandre Correia Neves de Lima (PS), e João Gomes (PS), em substituição de Vanda Sofia Alves Rodrigues (PS) e 1 membro do BE. O Executivo da Freguesia fez-se representar, pelo seu Presidente Diamantino Amaral dos Santos; a Secretária, Ana Maria Lopes Damião; o Tesoureiro, Francisco José da Cunha Marques, e pelos Vogais Fernando Oliveira Monteiro, Anabela Tavares de Abreu Sousa e Anabela Martins Pereira da Cunha.

I – Período Antes da Ordem do Dia

1 – Tempo destinado ao público

Usou da palavra o cidadão João Luís da Silva Modesto em representação de um grupo de moradores do Bairro de Jugueiros, numa atitude que declarou como: “cívica atenta e proactiva pela Segurança e bem-estar dos moradores”, com a apresentação de várias sugestões exequíveis sobre os vários problemas urgentes que carecem de intervenção especial atenção e célebre resolução. Apresentando as seguintes sugestões; quanto à segurança rodoviária: instalações de semáforos com controlo de velocidade, radar e câmara de trânsito, lombas de velocidade e passadeiras elevadas à altura do passeio; fiscalização mais regular efetiva através de operações stop com as devidas verificações de níveis de alcoolemia documentos legais e veículos e condutores; paragens cobertas para os utentes do C1 para proporcionar mais conforto e dignidade aos utentes; local de estacionamento para os velocípedes e motociclos. Quanto à Segurança Pública: renegociação perante as novas exigências e desafios urbanos e comunitários do contrato local de segurança incluído Avenida Engenheiro Beirão do Carmo; indicou como necessidade do reforço dos meios técnicos e humanos, nomeadamente de mais patrulhas a pé, instalação de uma unidade de Esquadra móvel da PSP; exposição mais efetiva do corpo de intervenção da PSP; mais rondas das brigadas anticrime com veículos descaracterizados; instalação e correspondente fundamento legal de videovigilância CNPD ; condicionamento do acesso ao público a partir das 22 horas, colocando gradeamento nas Praceta de interiores dos edifícios; ações de fiscalização pelas entidades competentes mais regulares, efetivamente criteriosos, dos estabelecimentos de bar, cafeteria, restaurantes e esplanadas do Bairro; fiscalização de pedidos de novas licenças de alvará, licenças especiais de ruído horários de funcionamento, lotação cumprimento de regras de limitação do controle do ruído;



instalação do limitador de som decibéis com registo e a obrigatoriedade de funcionamento com as portas e janelas fechadas para garantir níveis de ruído; venda e consumo de bebidas alcoólicas a menores de idade consumo de bebidas alcoólicas e tráfico de estupefacientes na via pública; aproveitamento indevido das portas de emergência das traseiras para atendimento ao público; limpeza e manutenção dos espaços urbanos manutenção mais efetiva e regular do mobiliário urbano; jardins sistemas de rega e podas das espécies, reforço da frequência do serviço de recolha de resíduos domésticos da Restauração; dejetos caninos; resíduos abandonados monstros e sobrantes; maior cuidado e conservação dos bancos de jardim; construção do parque infantil previsto no meio de quatro torres; construção de um parque de canino; limpeza e higiene mais efetiva dos espaços públicos e aglomerados urbanos do domínio Municipal; limpeza geral, com a lavagem pontual de espaços públicos e despejo manutenção regular de papeleiras; manutenção e conservação regular efetiva de todos os elementos de drenagem pluvial, limpeza desobstrução de sumidouros passagens hidráulicas e valetas; limpeza e desobstrução de linhas de água; limpeza de superfícies verticais equipamentos remoção de graffitis, tags e outros; control de pragas; encaminhamento armazenamento e respetivo aproveitamento para rega das dezenas dos litros de água descarregadas diariamente nos bueiros e sumidouros do bairro resultante da drenagem automática dos Poços dos elevadores da maior parte dos edifícios do Bairro de Jogueiros. -----

João Paulo Sousa (PSD) manifestou o seu voto de pesar pelo falecimento no passado dia 2 de agosto 2022 do Cidadão visiense Bento Carlos de Albuquerque Azevedo Pinto, tendo nascido em Viseu no dia 5 de maio de 1944; filho mais novo de Adelino Nogueira de Azevedo Pinto (Rijo) e de Elvira de Souza Albuquerque do Amaral Leitão, e pai do antigo membro desta assembleia Alexandre Azevedo Pinto. Como engenheiro técnico agrário de formação pela Escola Agrária de Coimbra, integrou, em 1969, os quadros da federação de vinicultores do Dão, onde desenvolveu toda a sua atividade profissional até 1994. Foi responsável pelos contactos da promoção do Região do Mercado do Dão com o estrangeiro e Certificação dos Vinhos do Dão como Denominação de Origem Controlada (DOC), membro das Câmaras de Provadores de Federação dos Vinicultores do Dão e da (atual) Comissão Vitivinícola Regional do Dão. Para além da colaboração



3.
mm
fsc 10

com outras Comissões Vitivinícolas Regionais (Douro e Vinhos Verdes), destacou-se como participante ativo e observador atento na sociedade tendo integrado os corpos sociais de diversas instituições da nossa cidade entre outros a Misericórdia de Viseu, as Confrarias dos Enófilos do Dão e Gastronómica do Dão e Escola Profissional de Viseu. Para concluir, acrescentou que a sua imagem e legado ficarão eternamente e de forma indelével ligados a história de Viseu, cidade onde nasceu, cresceu e viveu durante de toda a sua vida, tendo proposto que do presente voto de pesar deveria ser lavrado extrato e dado conhecimento do mesmo a família mais próxima. -----

A proposta de Pesar Voto de Bento Carlos de Albuquerque Azevedo Pinto, apresentada pelo membro João Paulo Sousa (PSD), depois de colocada à votação, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes, com 9 votos do Partido Social Democrata, 6 do Partido Socialista e 1 do Bloco de Esquerda. -----

2 - Apreciação e aprovação da última ata.

O Presidente da Mesa da Assembleia, na ausência de retificação e/ou alteração à ata da reunião anterior, colocou à votação ata número quatro, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros presentes -----

3 - Assuntos de interesse da Freguesia (PAOD)

Luis Teles (PS) interveio, conforme intervenção em anexo 1, com a partilha de um relatório sobre o Rio Pavia, partindo do enquadramento geográfico do leito do mesmo rio na freguesia de Viseu, diferentes afluentes, características físicas e potencial associado, salientou que o rio Pavia apresenta ao longo do seu leito elevado valor patrimonial e cultural. Perante o fenómeno de seca extrema provocando a morte e asfixia por salubridade e falta de água extensível a outros elementos da fauna, Luís Teles (PS) partilhou a necessidade urgente de intervenção e monitorização e fiscalização em algumas vias, açudes e pontões, como o do Parque de Santiago e caminhos rurais de acesso ao rio, tubos de descarga, tendo invocou a Lei da água e outras a serem consideradas para um plano de pormenor que sintetize e oriente a gestão futura e integrada do rio; tendo indicado a necessidade de levantamento topográfico e cadastro

das propriedades do rio e a delimitação clara, como existe no Parque de Santiago, Urbanização Valrio e Quinta da Cruz, a identificação dos caminhos de acesso a pesca desportiva e outros; reabilitação do rio Pavia junto à Quinta da Tapada. Destacou a necessidade de sinalizar nos diferentes Programas de financiamento, como o Programa REACT da Comissão Europeia, com valores previstos atribuídos, a de recuperar alguns estudos e projetos associados, nomeadamente barragens que ficaram “em gavetas” na altura do Programa Polis, lembrando que estudos e planos de pormenores são elegíveis em candidatura, reportando-se a boas práticas existentes em outros concelhos, como exemplo da de Matosinhos, com a revitalização do rio Leça. Apresentou, então, a proposta de desafio em 3 pontos: 1. - aprovação e apresentação do presente relatório ao Executivo Camarário; 2. - proporcionar o encontro das as equipas políticas e técnicas que elaboraram o projeto do rio Leça para partilha de experiências e conhecimentos; 3. sendo o Presidente do Executivo da Freguesia de Viseu, enquanto membro da Mesa da ANAFRE, possa interceder e motivar para questão as entidades envolvidas. -----

Catarina Vieira (BE) associou-se à preocupação partilhada pelo membro do Luís Teles (PS) sobre a necessidade de proceder a estudos para a devida revitalização do Rio Pavia, lembrando que o Bloco de Esquerda tem levado esta problemática por diversas vezes à Assembleia Municipal. -----

Neste ponto, usou da palavra Maria Isabel Júlio (PS), conforme intervenção integral anexo 2, tecendo algumas considerações com exemplos concretos sobre o Mercado 2 de maio; Rede Urbana de Ciclovias; Mercado dos Produtores de Viseu; Bairros das Mesuras, entre outros, colocando questões sobre a atividade autárquica da cidade de Viseu. -----

Usou da palavra o Presidente do Executivo, Diamantino Santos, cumprimentando todos e o público presente, e referindo-se à situação do rio Pavia, sublinhou que esta sendo uma preocupação de todos os viseenses, esclareceu, uma vez mais que a competência do rio Pavia é Camarária. Não obstante, é a uma preocupação premente da freguesia, e referiu estar convicto que a situação do rio Pavia e a falta de água serão pontos a serem



g.
Mw
feito

considerados pelos técnicos camarários para a captação de fundos europeus para a concretização de obras associadas ao leito do rio. Referiu, ainda, que a captação e armazenamento de água constituem uma preocupação da freguesia, a título de exemplo o Parque de Lazer de Marzovelos, com um reservatório de 600 mil litros de capacidade de armazenamento, entre outros. Para finalizar, reportando-se à intervenção do cidadão João Luís da Silva Modesto, o Presidente da Freguesia concordou com alguns problemas diagnosticados, que há muito estão identificados e monitorizados pelo executivo, nomeadamente através de uma colaboração estreita com o Comandante da PSP, garantido que irão ser devidamente retificadas eventuais falhas relativas à manutenção dos espaços verdes daquele Bairro. Para finalizar, destacou o Presidente do Executivo, a forma cívica como os moradores apresentaram os problemas, em que para além da apresentação dos mesmos, foram apontados caminhos e resoluções para os mesmos que irão ser apresentadas ao executivo municipal. -----

Carlos Ermida Rebelo, Presidente da Assembleia de Freguesia, sobre o relatório apresentado por Luís Teles (PS), propôs-se colaborar diretamente para a reformulação das propostas iniciais, de diagnóstico do referido relatório a ser apresentado ao Executivo da Câmara Municipal de Viseu. -----

Usou da palavra Olga Pádua (PS), conforme intervenção em anexo 3 reportando-se às obras que decorrem no Bairro Municipal, anunciadas pelo anterior executivo municipal em 2020, com o intuito de melhorar a vida dos moradores com a reabilitação das casas do bairro, partilhou o facto que nesse mesmo ano, em plena quadra natalícia, teria sido dado o início do processo de realojamento provisório das famílias moradoras e passados 20 meses, ainda nenhum morador regressou à sua casa e nenhuma casa se encontra totalmente reabilitada, salientando a forma indigna e desrespeitosa como são tratados alguns moradores que ainda habitam no bairro, especialmente a situação de uma família de uma mãe e 2 filhos adultos, que há meses está privada de ter água em casa em consequência das obras, tendo sido indicada com alternativa um quarto de uma residencial da cidade para os 3 adultos, sem ser acautelada a confeção para a alimentação, considerando a proposta indigna e desumana. Ciente que não compete à freguesia o estado da obra, Olga Pádua (PS) reforçou a competência quanto às condições



7
21
steiro

de habitação dos referidos fregueses, exigindo uma ação por parte do executivo da freguesia perante a entidade competente para a resolução das questões apresentadas. Finalizou, questionando o executivo da freguesia sobre o lixo de plástico acumulado nos terrenos entre a rotunda de Nelas e da João Paulo VI, foco de poluição ambiental e poluição visual, salientando a urgência da retirada do mesmo. -----

Catarina Vieira (BE) interveio salientando que o Bloco de Esquerda tem vindo a questionar o executivo camarário em reunião de Assembleia Municipal sobre o atraso das obras do Bairro Municipal. Apresentou a recomendação baseada na 21ª edição da Semana Europeia da Mobilidade 2022 entre os dias 16 e 22 com o tema Central “Melhores Conexões”, como uma oportunidade para tentar novas formas de mobilidade limpa fazer um balanço dos desafios atuais da mobilidade, rumo a uma mobilidade mais sustentável para Europa. A recomendação sugeriu que pudesse ser levada ao Executivo Municipal, com o propósito do encerramento ao trânsito na cidade no próximo dia 22 de setembro de 2022. -----

A referida recomendação, depois de colocada à votação, foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (8 do Partido Socialista, 1 do Bloco de Esquerda e 2 do Partido Social Democrata e 8 abstenções do Partido Social Democrata, e remetida ao Executivo Camarário. -----

Carlos Cunha (PS) apresentou uma proposta “Recomendação ao Município de Viseu sobre a melhoria das condições de eficiência energética do jardins-de-infância escolas do primeiro ciclo do ensino básico da Freguesia de Viseu”, conforme anexo 4, Considerando o âmbito legal da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, art.º 2º considerado no n.º 1, do art. 7º *que constituem as atribuições da Freguesia promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município*, acrescentando no n.º 2, do mesmo artigo, alínea C, sobre o domínio da Educação, e sendo preocupação da bancada socialista desta Assembleia, considerando o início do ano letivo 2022/23, apresentou os fundamentos da proposta, reportando-se ao aumento dos custos energéticos, que a curto prazo que se irão repercutir no funcionamento das escolas da freguesia, considerando a necessidade de obras de



3
M. Viseu

melhoramento do nível de eficiência energética tanto no plano da climatização, como da iluminação, considerou que deverá haver nos próximos anos um investimento prioritário nos domínios de eficiência energética e da climatização nos referidos edifícios, devendo o Executivo da Freguesia, com vista a salvaguardar melhores condições possíveis de conforto fundamentais para a promoção e desenvolvimento aprendizagens e conseqüentemente processo educativo dos alunos, elencar perante o Executivo Municipal, que se trata de investimento prioritário para o qual devem ser mobilizados recursos financeiros municipais e outros decorrentes de eventuais candidaturas à Fundos Europeus. Sendo convicção dos membros do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia, que só oferecendo as melhores condições se podem exigir resultados condignos, pelo que consideram que os valores despendidos na melhoria da eficiência energética nos nossos estabelecimentos de ensino não deverão ser encarados como despesa, mas antes como um investimento no futuro sustentável das nossas gerações. Propôs, assim, Carlos Cunha (PS): 1.- um estudo técnico destinado a melhorar as condições de eficiência energética e climatização das escolas e jardins de infância da Freguesia de Viseu, estabelecendo-se a prioridade nas intervenções com base em critérios técnicos; 2. - solicitar a intervenção de parceiros qualificados para o efeito, destacando-se a cooperação com departamento Engenharia Civil e do Ambiente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, do Instituto Politécnico de Viseu; 3. – definir, com a brevidade possível, um plano de obras de intervenção. Assim, e considerando as competências legais decorrentes do estabelecido no art.º 13.º, ponto 1, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 9 de setembro, em que compete à Mesa da Assembleia *encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia*, propôs a aprovação da Proposta de Recomendação à Assembleia e o encaminhamento para as seguintes autoridades: Executivo da Câmara Municipal de Viseu, Vereadores sem pelouro da Câmara Municipal de Viseu, Mesa da Assembleia Municipal, Grupos Municipais da Assembleia de Freguesia e Departamentos de Engenharia Civil e do Ambiente, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, do Instituto Politécnico de Viseu. -----

Sobre a referida proposta de Recomendação, usou da palavra João Paulo Sousa (PSD), que em representação dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata nesta



Assembleia de Freguesia, manifestou a intenção de voto de contra a Proposta apresentada anteriormente, uma vez que esta Assembleia de Freguesia de Viseu tem vindo a ser continuamente instrumentalizada pelos membros do Partido Socialista, com a apresentação de propostas que são da competência camarária, como é o caso da apresentada, uma vez que a energia e obras da escola são da competência do município, e por isso deverão ser apresentadas pelos senhores vereadores do Partido Socialista em reunião de Câmara. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

Colocada à votação, a proposta: “Recomendação ao Município de Viseu sobre a melhoria das condições de eficiência energética do jardins-de-infância escolas do primeiro ciclo do ensino básico da Freguesia de Viseu” foi rejeitada com 10 votos contra do PSD e 9 a favor (8 do PS e 1 do BE). -----

1. - Informação escrita prestada pelo senhor Presidente do Executivo

Usou da palavra Maria Isabel Júlio, conforme anexo 5, manifestando desagrado quanto à data do envio da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente do Executivo, considerando incumprimento do prazo legalmente estipulado para a quaisquer comunicações e por esse motivo não partilham quaisquer considerações quanto ao conteúdo do documento referido. -----

Reportando-se à síntese de atividades relativas ao 3º trimestre de 2022, em documento escrito enviado a todos os membros da Assembleia, salientou o Presidente do Executivo da Freguesia que, perante o período difícil que atravessamos, motivado por circunstâncias internacionais e nacionais e com repercussão direta nas nossas vidas e em particular nas famílias mais necessitadas, o Executivo da Freguesia Viseu não deixou de estar ao lado dessas mesmas famílias, um universo cerca de 200 famílias que continuam a ser apoiadas regularmente no pagamento de serviços básicos, de faturas de eletricidade, gás, água e medicamentos. Para além disso, têm vindo a consolidar a nossa parceria com as entidades da Freguesia que operam na área social colaborando com as mesmas valorizando nessa Cooperação papel da comissão Social de Freguesia, bem como a regular colaboração com a empresa Municipal Habisolvis no levantamento e acompanhamento de habitações de inquilinos e senhorios deficitárias do ponto de



3.
M
feito

vista de habitabilidade. Destacou o programa de atividades de Verão de ateliês para seniores, em que são desenvolvidos um conjunto de atividades focadas na intergeracionalidade de forma a que houvesse uma ocupação lúdica educativa dos seus tempos livres, com cerca de 3 dezenas de participantes por atividade. Relembrou o acolhimento a grupos de diferentes cidades, num total de 500 visitantes ao território da Freguesia, o regresso das edições do Mercado Indo e o Mercado de Produtores, para além do apoio e envolvimento a outras iniciativas culturais locais, como é exemplo a da Associação de Santiago, que através do seu Rancho Folclórico - As Cabacinhas de Santiago levou a efeito mais uma edição do festival de folclore. Mais acrescentou que, tendo em vista a melhoria da preservação e da limpeza dos espaços públicos, foram reforçados os trabalhos de monitorização das equipas de exterior; preocupados com a recolha dos lixos, foram alertados os serviços municipais, lembrando que somos uma eco freguesias e deveremos querer continuar a divulgação dos mecanismos e documentos de candidatura ao processo que possa levar a ser uma Eco Freguesia. Para finalizar, informou que irá ser apresentado no final do mês de setembro o relatório final do diagnóstico participativo do centro histórico, e que a metodologia de reuniões descentralizadas do executivo da freguesia irá ser retomada, com respeito à presença de público, até ao período pandémico, tinham sido reuniões muitos participados onde se dá voz aos nossos fregueses, naquilo que as suas reclamações sugestões e anseios, valorizando a participação dos jovens. -----

2. - Decreto lei 57/2019 – Aprovação das transferências de recursos financeiros para 2023

Uso da palavra Carlos Cunha (PS), conforme anexo 4, o qual apresenta uma reflexão sobre o facto da freguesia apenas aceitado as mesmas transferências, e que não se regista qualquer aumento para 2023 e não havendo novas competências, também não haverá alteração dos recursos financeiros a transferir, considerando ser preocupante se o valor da inflação for tido em conta o e dada à atual conjuntura económica, solicitando uma reflexão aos membros do executivo sobre os valores que se pretendem aceitar. Mais partilhou que o facto de 242, 91 euros serem canalizados para a gestão e manutenção de espaços verdes, e atendendo aos possíveis aumentos de combustíveis,

custos de materiais e possíveis contratos que venham a celebrar de forma externa, só reforça a preocupação que as verbas possam ser insuficientes. -----

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, esclareceu que os valores associados aos contratos de transferências de competências com o Município de Viseu, em 2022, ainda em vigor, serão semelhantes para 2023, tipo sido apenas acrescentada uma nova parcela, de um novo espaço verde, sendo que existem algumas competências que passarão a ser consideradas próprias da freguesia e os valores são diretamente transferidos da Direção Geral das Autarquias Locais para o orçamento da freguesia, retirando o valor respetivo ao orçamento municipal. Mais acrescentou, que 2023 será um ano experimental, considerando que os tempos de pandemia limitaram as pretensões da freguesia, salientado a importância de “dar passos seguros, e não caminhar de forma desgovernada, para não se tropeçar”. Assim, a proposta apresentada é a de se manter as transferências propostas para 2022, sendo que a freguesia continuará a sensibilizar o executivo municipal para uma atualização dos valores associados, por consequência dos aumentos evidentes dos produtos e serviços. Ainda sobre as competências, esclareceu o Presidente do Executivo, Diamantino Santos que as receitas associadas à publicidade em espaços públicos irão ser alvo de retificação, tendo ficado as receitas muito aquém do desejado, uma vez que as taxas são baixas, pouco significativas, e nada ajustadas aos tempos que vivemos, assunto a ser apresentado numa próxima reunião de assembleia municipal. -----

A proposta do executivo da freguesia das Transferências de Recursos Financeiros para 2023 foi aprovada por maioria, com: 10 votos a favor, do Partido Social Democrata; 8 abstenções, do Partido Socialista e 1 voto contra do Partido do Bloco de Esquerda. -----

3. - Análise da situação financeira da Freguesia

O Presidente do executivo esclareceu quanto a esta matéria e de especial intenção de se manter uma gestão equilibrada, foram feitos investimentos no âmbito do tratamento dos espaços verdes, os quais estão completamente liquidados, estando retratado este

e outros dados no mapa síntese partilhado, oportunamente, com todos os membros da Assembleia. -----

4. - Atribuição de topónimos

Conforme solicitado pela Câmara Municipal de Viseu, propôs o executivo a atribuição dos nomes “Travessa São Bernardo” a uma via transversal à Rua São Bernardo, em Santiago e “Travessa São José” a uma pequena via, sem saída, anexo ao Bairro de São José, transversal à Avenida António José de Almeida. -----

Sobre este assunto, Catarina Vieira (BE) reforçou o facto de vivemos num estado laico e facto de que Viseu tem mais nomes de santos do que de pessoas em toponímia, tendo sido já proposto outrora nomes como por exemplo Zeca Afonso, Francisca de Almeida.

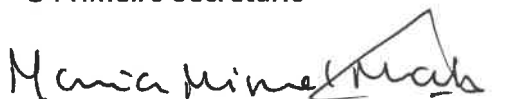
As propostas de atribuição de topónimos apresentadas pelo Executivo de Freguesia foram aprovadas com 18 votos a favor do Partido Social Democrata e Partido Socialista e 1 voto contra do Bloco de Esquerda. -----

O Presidente de Mesa de Assembleia da Freguesia de Viseu, Carlos Ermida Rebelo agradeceu a participação de todos na reunião de assembleia de freguesia, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrados os trabalhos às dezanove horas e cinquenta e três minutos.

O Presidente da Assembleia



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA de VISEU



ANEXOS

Intervenções escritas

ATA N. 5

Viseu, 12.SET.2022

Ass. Freg.

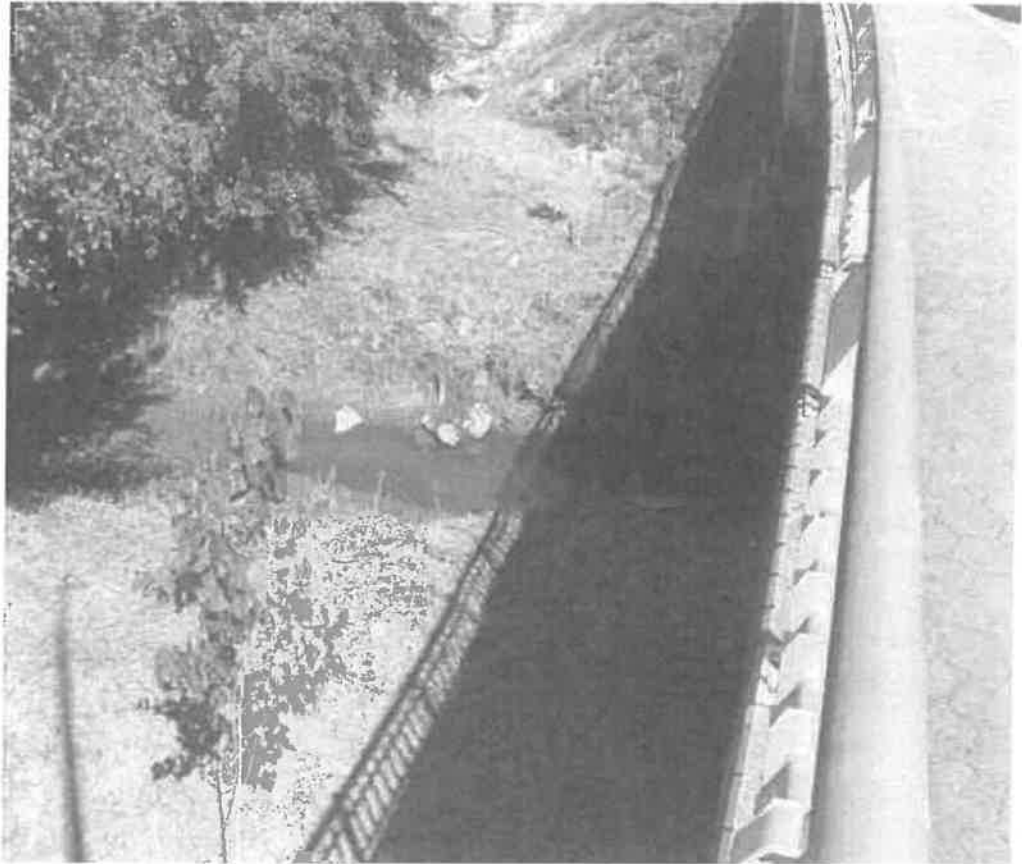
Anexo 1 - ATA n.º 5

12 09 2022

Luís Teles (PS)

PAOD.

**Intervenção PAOD- Período antes da
Ordem do Dia na Assembleia de
Freguesia de Viseu – Setembro 2022**



Intervenção PAOD para Setembro

1- O rio Pavia, constitui um ecossistema de fundamental importância para o Concelho, cidade e para a nossa freguesia.

2- Na nossa freguesia o leito estende-se desde a freguesia vizinha a norte em Travassós de Baixo - Rua das Fantoiras)- Rio de Loba.

A sul na ponte da Avenida Dr. Leal Loureiro confrontando com a freguesia vizinha de S. Salvador, na Urbanização Valrio.

3- Como afluentes principais : a Ribeira de Santiago (que desagua no Parque de Santiago) e a Ribeira de Rio de Loba (que bordeja a Urbanização de S. João da Carreira) e desagua junto à Capela de S. João da Carreira

4- Simultaneamente, o leito do Rio Pavia é uma estrutura natural e um infra-estrutura hidráulica, regularizada, uma vez que todo o leito é murado (com exceção dos pontos onde os muros, já se encontram destruídos. Um património construído de valor patrimonial elevado, uma vez que é comum em zonas de colonização romana. (Como é exemplo o Rio de Cavalos em Bobadela).

5- O mesmo acontece com as duas Ribeiras referidas : Ribeira de Santiago e a Ribeira de Rio de Loba

6- Acresce a este património, de infraestrutura de regularização de leito, antigas azenhas, pontões e açudes.

7- Durante este Verão, assistimos a um fenómeno de “ Seca extrema” que potenciou alguns

dos problemas ecológicos, conhecidos como é o caso da morte dos peixes, asfixiados por insalubridade e falta de água e assoreamento do rio (fenómeno acumulado) .

8- Dificuldades sentidas, e que são extensivas a outros elementos da fauna e flora do sistema ribeirinho.(aves, rãs, peixes etc).

9- Estes fenómenos que tudo indica se agravarão no futuro, leva-nos a que aqui em Sede da Assembleia de Freguesia. seja fundamental alertar para a resolução imediata e futura de algumas questões a enumerar:

9.1 Quer a Radial Norte , quer a Avenida Capitão Homem Ribeiro , criaram fortes descontinuidades no rio, no território da nossa freguesia a acrescentar o mesmo a montante, do rio com a IP5 na freguesia de Mundão, na zona da Fraga.

9.2 Estas vias provocaram uma degradação ao leito do rio que estão por resolver , sublinhando-se as existentes sob o Viaduto da Radial Norte.

9.3 Existem ao longo do leito do rio, vários açudes destruídos e também vários pontões como no Parque de Santiago.

9.4 A generalidade das propriedades, confrontantes com o Rio Pavia, confrontam diretamente com o leito do rio, o que levanta questões de acessibilidade na manutenção e limpeza.

Nota : A Lei da água, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 estabelecida pela Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Lei n.ºs 245/2009, de 22 de setembro;60/2012 , de 14 de março e 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.º42/2016, de 28 de dezembro e n.º 44/2017, de 19 de Junho.

9.5 Há, junto ao rio, um conjunto de antigos caminhos rurais, de acesso às propriedades que hoje se encontram degradados, abandonados ou mesmo obstruídos.

10. Verifica-se que existem alguns tubos de descarga de águas pluviais que interessa monitorizar para melhor gerir a qualidade da água dos mesmos, bem como ainda será necessário fiscalizar, se existem algumas descargas indevidas de águas residuais ao longo do leito.

11. Há que realizar algum trabalho de base, com vista à realização de um Plano de Pormenor que sintetize e oriente uma gestão futura integrada em substituição de ações avulsas quase sempre desintegradas e sem eficácia.

11.1 Levantamento topográfico e do cadastro das propriedades confinantes com o rio com uma definição clara dos limites de propriedade que permitam a criação de um percurso marginal ao rio como existe no Parque de Santiago; na zona da Urbanização Valrio, na Quinta da Cruz e também na urbanização de S. João da Carreira - (este tema aplica-se também à Ribeira de Santiago),

nota: Existem várias zonas ao longo do leito da Ribeira de Santiago e do Rio Pavia que são de Pesca Desportiva e que não têm um acesso (nem peixe!).



11.2 Levantamento e proposta regulamentada que defenda as infraestruturas construídas existentes (açudes e pontões) em particular o conjunto da Ponte da Azenha com as construções adjacentes e das Poldras, junto à Quinta da Tapada.

11.3 Reabilitação urgente, com projeto aprovado (com apresentação e divulgação pública, na área correspondente à Radial Norte, com a possibilidade de criar um trilho entre o Parque de Santiago e a Esculca.

Nota a) : Junto à ponte da avenida de Esculca para juzante já não existe acesso



Nota b) : Há um trilho na continuidade do Parque da Urbanização de Valrio (

que existe a partir das cedências ao Domínio Público pela aplicação da Portaria n.º 216- B/208 de 3 de Março e que se encontra em terrenos, que aparentam ser propriedade privada. -Serão? - Só com um cadastro será possível averiguar.



Nota c) : O programa REACT-EU da Comunidade disponibilizou 545 milhões de euros para Portugal em 2022

Nota d): De sublinhar também as Unidades Operativas de Gestão e Planeamento as UOPGs definidas em PDM designadamente a UOPG 4.11 que prevê o ordenamento destas áreas junto ao Pavia.

Nota f) De Sublinhar também a continuidade de execução do Plano do Parque da Aguireira

12. Em 2006 o Dr. Fernando Ruas, então, tal como hoje Presidente do executivo camarário, lançou a ideia de criar uma barragem e dois açudes no rio Pavia, tendo o então executivo aprovado em Setembro de 2006, o Estudo Prévio.

13. As intervenções enquadravam-se então no Programa Polis : A barragem estava prevista na zona da Fraga em Catavejo de Cima. Os açudes em Ribeira do Carvalhal

e Britamontes

14. Seria de retomar esta energia voltada para o Rio Pavia, aproveitando a oportunidade que os atuais Programas possam permitir.
O Rio Pavia tem um leito de apenas 39 Km sendo que a nascente e uma boa parte do leito, senão a mais importante, existe no nosso concelho em geral e na nossa freguesia em particular numa extensão de cerca de 6Km.
15. Um Estudo Global (Plano de Pormenor) . Há experiências recentes que já aproveitaram esta oportunidade, como é o caso do Rio Leça em Matosinhos, que tem 45 km de leito numa operação que ficou em 4M€ (quatro milhões de euros).
16. O Rio Pavia não se encontra tão degradado quanto o Rio Leça e portanto a fatura em termos porporcionais não será tão elevada.
17. De sublinhar que o Rio Pavia não se limita apenas ao Parquede Santiago nem ao Açude da Ribeira, De sublinhar também que já existem zonas de margem de rio como da Urbanização de Valrio e de S. João da Carreira que estão bem.

Conclusão:

A- Sendo que esta Assembleia é constituída por apenas 3 forças partidárias, aprovar este relatório depreocupações e intenções e fazê-lo chegar ao Executivo Camarário.



Margem direita do Pavia a juzante do viaduto da Radial Norte

Viseu , 8 de Agosto de 2022

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Viseu, Dr. Ermida Rebelo, restantes membros da mesa...

Ex.mo Sr. Presidente do Executivo Junta de Freguesia de Viseu, professor Diamantino Santos, restantes membros do Executivo...

Ex.mos Srs. membros da Assembleia de Freguesia.

Ex.mos viseenses

Todos sabemos – e sentimos... - que vivemos um Tempo muito particular e difícil da nossa história! Depois da Pandemia, a Guerra! O que coincide e exponencia a grave crise energética e de matérias-primas e os seus preços: a inflação!

Nesta “tempestade global”, os impactos vão da política e inquietação dos grandes líderes mundiais à “pele” e ao “bolso...” de cada um!

Ainda assim, a ultrapassagem da Pandemia da COVID-19, com o “sufoco” que provocou em tudo e em todos – da emergência sanitária à crise socioeconómica -, é um virar de página! A vários níveis, observa-se isso na sociedade.

No plano autárquico nacional é notório um período de forte dinamismo para lançamento de programas de estímulo económico e social, para além de novos investimentos em infraestruturas e equipamentos públicos. Agora que, do PRR ao Portugal 2030, estão disponíveis vários programas de participação financeira não reembolsável.

Porém, em Viseu, assiste-se a um estranho entorpecimento da atividade autárquica.

É verdade que, das muitas obras propagandeadas nos anteriores mandatos, o novo Executivo PSD deu continuidade aquelas – poucas(!) – que já estavam em andamento.

E se algumas obras são de valor inquestionável – como o novo Centro de Operações de Mobilidade de Viseu, vulgo, requalificação da Central de Camionagem -, outras há que, seguramente, “causam espécie” ao atual poder PSD do Rossio... Por exemplo, veja-se como está a ficar a cobertura-ensombramento... do Mercado 2 de Maio.

Será que a primeira fase da Rede Urbana de Ciclovias, recentemente concluída, mas ainda não inaugurada ou dinamizada, também cria “engulhos” ao Sr. Presidente de Câmara?

[Por falar em mobilidade, que uso está a ser dado ao novo Interface de Transportes do Hospital? Nasceu um pequeno elefante branco?]

Entretanto, o dito “Mercado dos Produtores de Viseu” abriu portas. Muito poderíamos discorrer sobre os seus custos, a sua solução arquitetónica, a sua dimensão, as suas valências, a sua precariedade ou as suas condições para vendedores e clientes. Mas... passemos isso. De facto, o devoluto Mercado Municipal estava longe de ter as melhores condições. Agora(!), é fundamental avançar já(!!!!) com um projeto moderno e condigno – à dimensão da nossa Cidade - para que o pavilhão ou tenda... provisória e precária instalada no parque de estacionamento do “Prédio Grande da Caixa” são se eternize, como receamos!

Um verdadeiro Mercado Municipal, moderno, funcional e com múltiplas valências associadas é vital para a atividade comercial, a dinâmica urbana e a vida das pessoas na cidade de Viseu. Sr. Presidente, apelamos(!), neste dossier esteja atento e proativo!

De facto, a ação do Executivo de uma Junta de Freguesia, ainda para mais com a coincidência entre a nossa Junta e a nossa Cidade, deve ser também muito de articulação e reivindicação junto do Executivo Municipal.

A bem da Freguesia(!), no muito que lhe compete, Sr. Presidente mova as suas influências “no Rossio”!

Para já, neste quase primeiro ano do mandato, tem sido publicamente patente uma menor aproximação, e, porventura um menor poder de influência, do Executivo da Junta de Freguesia de Viseu junto do atual Presidente de Câmara e do seu Executivo.

Mas é bem preciso...!

O que é feito da, antes muito propalada, Estratégia de Revitalização do Centro Histórico? A Rua Direita, pese alguma animação esporádica em período de verão e de emigrantes, continua com graves problemas estruturais, com mais de 50% das suas lojas encerradas ou sem as – há anos – anunciadas residências para estudantes. Mais uma vez não se aproveitou a realização da Feira de São Mateus para a dinamização comercial e o “movimento de rua” da Rua Direita, como o PS sistematicamente tem vindo a propor.

Qual a política municipal de habitação? Com os preços a disparar e com tantos viseenses a necessitar de habitação! Onde está a implementação da Estratégia Local de Habitação, que iria beneficiar quase 1000 pessoas em processos de reabilitação, construção ou aquisição de habitação, incluindo mais de 300 situações de carência habitacional não condigna, que ainda se verificam no nosso Concelho e que tardam a resolver?

Depois do Bairro das Mesuras e da Quinta do Galo, onde está a requalificação urbanística de mais áreas residenciais da nossa Cidade, que tanto carecerem de uma reconversão do espaço público e da sua vivencialidade?

O que o Executivo da Junta de Freguesia tem feito para incitar o Executivo Municipal? E vice-versa, qual a auscultação da Junta de Freguesia pelo Executivo Municipal ou o simples dever institucional de partilhar “informação estratégica”, em primeira instância.

O Executivo da Junta, tal como os viseenses, desconhece a solução organizativa e infraestrutural para o grave problema de abastecimento de água a Viseu, que o Sr. Presidente diz “ter na manga”? Pelos vistos, negociada com as Águas do Douro e Paiva, à revelia de municípios vizinhos e abdicando de ter o centro de decisão local-regional sobre um bem de primeiríssima necessidade como é a água?

O que é feito do projeto da Vissaium XXI, do centro tecnológico, da incubadora de empresas, tão fundamentais para o desenvolvimento económico, atração de empresas e a imprescindível criação de emprego qualificado? Sim, os mais jovens e qualificados continuam a fugir da nossa cidade!

De facto, onde estão novas empresas a instalar-se em Viseu? Como está a ser impulsionada “Viseu Smart City”, qual criação na nossa Cidade de um cluster tecnológico neste importante domínio económico? “N” projetos, programas e atividades anunciados neste domínio; ficou tudo na gaveta? Incluindo, como aqui referi na última sessão, os sistemas inovadores de leitura dos contadores de água e de incentivo à recolha seletiva de resíduos? Reforço: faltam até ecopontos/ilhas ecológicas em locais fundamentais na nossa Cidade!

O Parque Urbano da Aguieira vai continuar a não ter a devida requalificação? O Rio Pavia, como ainda por estes dias de Seca Severa se evidenciou (estando o espelho de água da Ribeira completamente seco), continua sem um projeto de revitalização, ao nível da quantidade e qualidade da água, ecologia e espaço urbano envolvente?

Sr. Presidente, Srs. e Sras. membros do Executivo, para além do vosso poder executivo no âmbito das competências que vos estão diretamente atribuídas, a vossa intervenção e poder de influência deve ser muito superior.

Passado um ano de Mandato, é manifesto, o poder autárquico na cidade de Viseu tem de ser bem mais atento e ativo!

Ass. Tróf.

Anexo 3 - ATA n.5-

12.09.2022

Olga Paídua (PS) -

PAOD

Cumprimento

Senhor Presidente da Mesa,

Presidente da freguesia e restante executivo

Restantes membros da Assembleia e público presente

1ª Obras Bairro Municipal

No dia 20 de Novembro de 2020, o anterior Executivo Municipal referiu à comunicação social que as obras de requalificação do Bairro Municipal iriam começar. Obras essas, que iriam "preservar a identidade e melhorar as condições de vida dos moradores".

Também foi referido, que inicialmente iriam ser reabilitadas as casa desabitadas com o intuito de ser nestas que depois os moradores iriam habitar provisoriamente enquanto decorressem as obras na suas casas. No entanto e para espanto de todos, nas vésperas da quadra natalícia, 90% dos moradores foram informados que teriam de sair das suas casas, teriam que empacotar as suas vidas, iriam ser realojados noutras casas de bairros periféricos, pois as obras iam começar!

Passados 20 meses, ainda nenhum morador habita na sua casa e nenhuma das casas se encontra totalmente reabilitada.

Ainda mais preocupante, é a forma indigna e desrespeitosa que se tem com alguns moradores que ainda habitam no bairro.

Falamos especificamente de uma família, composta pela mãe e dois filhos com idades compreendidas entre 30 e 40 anos, que há 6 meses está privada de ter água em sua casa, consequência das obras.

A alternativa que foi dada a esta família pelo município, foi um, repito um quarto de uma residencial da cidade, onde a mãe e os dois filhos adultos poderiam dormir e fazer a sua higiene pessoal, nada tendo sido acautelado relativamente à sua alimentação.

Consideramos esta proposta indigna, humilhante e desumana, pois não são tidos em conta princípios básicos necessários para que esta família tenha o mínimo de condições de vida.

Não sendo competência da junta de freguesia a execução da referida obra, o mesmo já não se pode dizer quando falamos das condições em que os fregueses vivem.

É obrigação deste executivo questionar o executivo municipal e exigir uma resposta célere e cabal para a situação já mencionada desta família.

É obrigação deste executivo questionar o executivo municipal do porquê do atraso da obra, quando irá ser a mesma terminada e para quando o realojamento dos moradores.

2º

No percurso entre a rotunda de Nelas e a rotunda Paulo VI, existe um terreno onde a vegetação foi estrategicamente cortada de forma a não ser visível um depósito de várias dezenas de tampas plásticas dos antigos ecopontos.

Encontrando se depositado numa das artérias mais movimentadas da cidade, este aglomerado de lixo plástico, para além da poluição visual é também um foco de poluição ambiental pois estando sujeito a todas as condições atmosféricas, vai se degradando, contaminando os solos.

Tem conhecimento este executivo da existência desse lixo?

Tendo conhecimento, que medidas tomou o executivo para a remoção do referido lixo

Consideramos que é urgente a retirada de todo o aglomerado de lixo, canalizando o mesmo para a reciclagem.

Ass. Inf.

Anexo 4 - AIA n. 5

Carlos Cunha (PS) PAOD

12.09.2022

+
POD (p.2)

Na última reunião da Assembleia de Freguesia de Viseu, realizada a 12/09/2022, o membro Carlos Cunha apresentou na sua intervenção do PAOD uma Proposta de Recomendação ao Município de Viseu sobre a melhoria das condições de eficiência energética dos Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Freguesia de Viseu.

Com o ano letivo de 2022/2023 a começar, não poderíamos deixar de manifestar a nossa preocupação quanto ao aumento dos custos energéticos, que certamente se irão repercutir, a curto prazo, no funcionamento das escolas da freguesia.

Parte significativa dos Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º CEB da freguesia necessitam de obras de melhoramento ao nível da eficiência energética, tanto no plano da climatização, como da iluminação.

Os membros do Partido Socialista consideram que deve haver, nos próximos anos, um investimento prioritário nos domínios da eficiência energética e da climatização nas escolas do 1.ºCEB e Jardins-de-Infância da Freguesia de Viseu, devendo para tal elencar, perante o Executivo Municipal, que se trata de um investimento prioritário para o qual devem ser mobilizados recursos financeiros municipais e outros decorrentes de eventuais candidaturas a fundos europeus.

É dever desta Assembleia de Freguesia zelar para que as crianças e alunos que frequentam os jardins-de-infância e escolas do 1.ºCEB da Freguesia de Viseu tenham as melhores condições possíveis de conforto, fundamentais para a promoção e desenvolvimento das aprendizagens e do conseqüente sucesso educativo.

É nossa convicção que só oferecendo as melhores condições se podem exigir resultados condignos, pelo que consideramos que o valor despendido na melhoria da eficiência energética dos nossos estabelecimentos de ensino não deve ser encarada como despesa, mas antes como um investimento no futuro sustentável das novas gerações.

Urge, portanto, propor:

1. Um estudo técnico destinado a melhorar as condições de eficiência energética e de climatização das escolas e jardins-de-infância da Freguesia de Viseu, estabelecendo-se a prioridade nas intervenções com base em critérios técnicos,

2. Solicitar a intervenção de parceiros qualificados para o efeito, destacando-se a cooperação com o departamento de Engenharia Civil e do Ambiente da ESTGV do IPV;
3. Definir, com a brevidade possível, um plano de obras de intervenção.

Sujeita a votação a presente proposta foi recusada com: 9 votos a favor (8 do PS e 1 do BE) e 10 votos contra do PSD.

O segundo tema do PAOD apresentado pelo membro Carlos Cunha do PS referiu-se à constituição da Unidade Local de Proteção Civil, da Freguesia de Viseu, a qual a seguir se transcreve:

A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, tb conhecida como Lei de Bases da Proteção Civil determina no seu artigo 1.º que esta pode ser desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir ou atenuar riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, proteger e socorrer pessoas e bens em perigo.

A mesma lei define no seu art. 41, a composição da Comissão de Proteção Civil Municipal e no art. 43 estabelece a composição das Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC), as quais resultam de determinação da Comissão Municipal de Proteção Civil.

A CMPC define, de acordo com o art. 43, da Lei n.º 27/2006, de 03/07, a constituição e as tarefas da ULPC, a qual é presidida pelo Presidente da Freguesia.

A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Lei da Proteção Civil Municipal, estabelece no art. 7 o dever de colaboração por parte das Juntas de Freguesia com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) através da promoção de ações de:

- a) Prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades, que podem incluir a realização de estudos técnicos com vista ao levantamento dos riscos que podem afetar a freguesia;
- b) Sensibilização e informação pública;

Mediante o exposto pergunta-se:

1. Para além do Presidente da Freguesia quem são os outros elementos da UNPC?
2. Que tarefas tem desenvolvido a ULPC no âmbito da Proteção Civil da Freguesia?
3. Cabendo às Juntas de Freguesia o dever de colaboração com o Serviço Municipal de Proteção Civil, de acordo com o art. 7.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de

novembro, que ações foram desenvolvidas no âmbito da prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades?

4. Que campanhas de sensibilização e informação públicas foram dinamizadas?
5. Com que periodicidade reúnem os membros da ULPC da Freguesia?
6. Quais as principais dificuldades que os membros da ULPC têm encontrado na realização das atividades;
7. Existe um Plano de Ação?
8. Não deveria esta Assembleia de Freguesia ter, pelo menos, um representante seu na ULPC?

No Período da Ordem do Dia, o membro Carlos Cunha interveio sobre a transferência de competências do Município para a Freguesia de Viseu. Intervenção que a seguir se transcreve:

Sobre o Mapa de Transferência de Competências do Município de Viseu para a Freguesia de Viseu para o ano de 2023, os pontos que destacamos na nossa análise são os seguintes:

1. Em relação a 2023, a Freguesia de Viseu prepara-se para aceitar as mesmas competências que aceitou em 2022. Não se regista, portanto, qualquer aumento para 2023 das áreas e responsabilidades a transferir, ou seja, a este respeito fica tudo na mesma.
2. Não havendo novas competências tb não há alteração significativa nos recursos financeiros a transferir, senão vejamos: em 2022, o montante global referente às transferências do Município para a Freguesia de Viseu foi de 298 195,76€, para 2023, esse montante regista apenas um aumento muito ligeiro de 242,91€, assim, em 2023, o montante global a transferir da Câmara para a Freguesia será de 298 438, 67€.

3. Este escasso aumento de verbas para 2023, constitui para os representantes do Partido Socialista um motivo de preocupação relevante, se tivermos em linha de conta o valor da inflação que atualmente ultrapassa os 9%.
4. Na verdade, podemos afirmar que o aumento previsto é apenas de uma décima, ou seja, 0,1%, o que atendendo à atual conjuntura económica nos parece manifestamente insuficiente e motivo bastante para que a Freguesia refletisse melhor sobre o montante total das verbas que se prepara para aceitar.
5. Outro motivo de preocupação refere-se ao facto de o aumento de 242,91€ ser totalmente absorvido por uma única competência: Gestão e Manutenção de Espaços Verdes), o que não é de admirar pela sua parcimónia. As restantes 6 competências que a Junta aceitou não terão qualquer cêntimo de aumento em 2023;
6. Atendendo à subida dos custos operacionais, referentes aos combustíveis e custo dos materiais, e ao eventual aumento dos contratos que a Freguesia venha a celebrar externamente para a execução de parte das competências que pretende aceitar, tal só nos reforça a ideia de que as verbas totais a transferir pelo Município não contemplam de forma alguma estes aspetos muito relevantes, podendo vir a Junta no futuro a experimentar dificuldades indesejadas quando tiver de executar as competências que agora se prepara para aceitar;
7. Somos, portanto, levados a concluir que há por parte da Freguesia muita bonomia na aceitação das verbas a transferir, o que advém do facto de ambos os poderes executivos locais pertencerem à mesma força partidária, caso contrário, estamos em crer que o Executivo da Freguesia seria bastante mais exigente.
8. Nós manifestámos expressamente as nossas preocupações com o valor global das verbas a transferir pelo Município, que consideramos exíguo, face à

conjuntura atual, cá estaremos para acompanhar e exigir ao Executivo da Freguesia a prestação de um serviço de qualidade na execução das competências a aceitar, pelo que nos iremos abster, recomendando ao Executivo que pondere melhor a aceitação das verbas a transferir em 2023.

Ass. neg. 12.09.2022

Anexo 5 - Ata n. 5.

Isabel Júlio (P)

POD (p. 1)

Informação prestada pelo Senhor Presidente do Executivo

No dia 9 (nove) de setembro, pelas 17:00h, fomos surpreendidos com o envio da Informação Escrita prestada pelo Senhor Presidente do Executivo – Síntese Atividade 3º Trimestre de 2022 – quando, somos francos, já não a julgávamos receber.

É que, de acordo com o disposto no artº27, nº3 do Regimento, artº11, ponto 3, alínea e) do mesmo normativo e do artº53º, nº2 da Lei nº75/2013, quaisquer comunicações têm de ser veiculadas, no prazo legalmente estipulado para o efeito, o que, naturalmente, era do conhecimento do Senhor Presidente.

Fazê-lo apenas na sobredita data, quando se mostrava, há muito apazada a presente Assembleia, mostra-se violador do princípio do contraditório, o que não podemos deixar de notar e censurar.

Assim, ainda que, com ânsia de responder a tudo o quanto ali se mostra vertido, não o fazemos por princípio e porque não nos revemos em incumprimentos legais, como o que ora notamos.

Posição contrária poderíamos tomar, caso justificação válida nos tivesse sido transmitida, o que não ocorreu e o que se mostra violador de vários princípios, nomeadamente, o do Respeito.

Maria Isabel Júlio